

"Wall Street" adverte para riscos das operações do Comind e Auxiliar

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — Uns consideram o acordo de renegociação da dívida brasileira uma vitória e outros, do Brasil. Mas nenhum jornal fala da taxa de risco (spread), ainda em negociação.

"The Wall Street Journal", em chama da de primeira página, comenta que o "o acordo pode ir por água abaixo, nos próximos meses, se o Brasil não pagar o que falta" da dívida contraída pelo Comind, Auxiliar e Maisonnave, através da Operação 63 (repasse de créditos externos a empresas brasileiras). Diz, porém, que as condições acertadas pelo País lhe dão maior espaço para crescer, pois prorrogam, por um ano, as linhas de crédito comercial e interbancário. É destaca o parecer favorável do Fundo Monetário Internacional ao plano econômico brasileiro.

Fontes bancárias citadas pelo jornal afirmam que o Governo brasileiro mudou sua linha de negociação, tornando-a mais nacionalista. Mas revelam que os banqueiros insistem em uma redução da inflação brasileira e não querem que o FMI se afastem completamente da renegociação da maior dívida externa da América Latina.

Os bancos ingleses e canadenses, como se previa, se opuseram ao fim do monitoramento do FMI sobre a economia brasileira, diz o jornal, mas os banqueiros reconhecem que a delicada situação política brasileira influenciou as negociações:

— Este acordo ganha tempo. Não há condições de puxarmos demais o Brasil em um ano de eleições para a Constituinte. O Governo necessita de um acordo com os bancos para ultrapassar esta fase política e economicamente crítica — co-



menta um banqueiro.

"The Wall Street" afirma que, no próximo ano, o Brasil, de alguma forma, se aproximará do FMI e, então, os bancos poderão reestruturar toda a dívida do País em um acordo plurianual.

Já o "Financial Times", distribuído simultaneamente em Nova York e Londres, considera uma grande vitória do Brasil o acordo com os credores. Em matéria intitulada "Bancos podem se curvar ante iniciativa brasileira de reestruturar dívida externa", o jornal comenta que, se os bancos aceitarem um acordo sem o aval do FMI estarão tomando uma medida sem precedentes. "Fica difícil para alguém dizer que o FMI está certo, já que o Brasil teve, em 85, o terceiro maior saldo comercial do mundo: US\$ 12,4 bilhões.

O diário inglês conclui seu comentário com a seguinte frase: "Os banqueiros dizem que estão sensíveis à situação política do Brasil e não podem ameaçar o processo democrático do País impondo soluções econômicas fora da realidade".

Uma fonte bancária americana, contrariando o que disseram o Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, garantiu que a antiga taxa de risco spread paga pelo Brasil — de 2,25 por cento acima da Libor (taxa interbancária do mercado londrino do eurodólar) — vai vigorar até 15 de março, prazo final para o acerto do novo spread brasileiro. Segundo a fonte, a redução de um ponto percentual na taxa representaria para o país uma economia de US\$ 600 milhões por ano.